

Filipa Riacho

De: Pedro Gonçalves [2154@solicitador.net]
Enviado: quarta-feira, 18 de maio de 2016 12:23
Para: CAAJ - Correio Oficial
Cc: cp.ae@osae.pt; 4255@solicitador.net

Exmos. Senhores.

No seguimento da publicação do Aviso n.º 5523-A/2016, no Diário da República n.º 82/2016, 1.º Suplemento, Série II, no passado dia 28 de abril, com a proposta de regras de fixação de número máximo para a designação para processos executivos de agentes de execução e sociedades de agentes de execução, nos termos do n.º 1 do artigo 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e face ao pedido de auscultação prévia dos associados quanto a esta matéria, venho pelo presente dar a minha modesta contribuição.

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
Entrada / N.º 249526
Processo N.º 321046
Data 18/05/2016

CHEGA, chega de se defender os interesses de poucos em prol dos demais.....

CHEGA de se verificar continuamente os abusos verificados na distribuição.....

Está na hora de se defender a justiça, os interesses das partes e não só dos exequentes e sobretudo a defesa da figura do Agente de Execução, das regras da sua conduta, da sua imparcialidade, honestidade e nas demais.

Só com um regime de distribuição se consegue obter resultados.

Só com um regime de distribuição se consegue parar com os abusos constantes dos grandes litigantes sobre os Agentes de Execução.

Só com um regime de distribuição se pode dar transparência a todo este processo e acabar de vez com os acordos, com as comissões, com as percentagens e com os constantes abusos sobre os próprios direitos dos executados.....

Acabar igualmente com as estruturas megalómanas de alguns escritórios de Agentes de Execução.....

Acabar com os interesses e privilégios económicos de alguns em prol dos direitos de todos.....

A proposta de contingentação para além de bastante complexa e de difícil implementação e controlo, não vem resolver em nada este problema.

Vem apenas dar uma ideia falsa da situação ou quando muito tentar dar uma cara lavada a uma coisa que dessa forma, nunca será limpa.

Já à bastante tempo que os Agentes de Execução se tem manifestado pela alteração do regime de indicação para a distribuição.

Foi apanágio de muitas candidaturas aos órgãos da então Câmara dos Solicitadores, em fase de eleições.

Contudo essas vozes e essas promessas sempre ficaram um pouco na escuridão.....

Creio que está na altura de resolver de vez esta questão e não andar com rodeios ou medidas incapazes.....

A opção por um regime de distribuição foi claramente defendida nas Jornadas de Estudo.

Acresce que tal medida é apoiada pelo Conselho Superior da Magistratura e consta igualmente como uma das medidas do Plano de Ação “Justiça mais Próxima” do Ministério da Justiça.

Com tudo isto, espero que exista vontade da CAAJ e de todos os intervenientes de olharem de frente para este problema e assumirem a única posição possível para a sua resolução.

Que não deixem uma vez mais que os interesses instalados de poucos prevaleçam em detrimento da Justiça e dos direitos dos demais.....

Está na altura de dignificar a Justiça e todos os seus agentes.

E isso só se consegue com medidas transparentes.

O Agente de Execução

PG



Pedro Soares Gonçalves

Solicitador/Agente de Execução

Rua Ary dos Santos, n.º 5, R/C-Dto.

Urbanização Estuário do Tejo

2860 - 383 Moita

Tel: 210855517 - Fax: 210855524